52	Balcão de atendimento Para instalação em painel divisor cego	40	TECNO2000 MODELO: BREMEN REF:CB 2600	R\$ 141,00
----	--	----	--	------------

Foro: Belém

Ordenador Responsável: Gilberto Valente Martins

Endereço da Contratada: Rua Vereador Décio de Paula nº101, Bairro do Planalto, no Município de Formiga - MG, telefone/fax (37) 3329-1000 / (61) 3321-3676 / 3248-3956, e-mail tecno2000@tecno2000.com.br

Protocolo: 458055

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

(Publicação trimestral conforme art. 15, §2º da Lei nº 8.666/93)

Nº da Ata de Registro de Preços: 002/2020-MP/PA

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico 063/2019-MP/PA

Partes Contratantes: Ministério Público do Estado do Pará e empresa MAXI - AR SERVIÇOS LTDA - ME (CNPJ nº 09.250.164/0001-41)

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Condicionadores de Ar.

Data da Assinatura: 15/01/2020

Vigência: 20/01/2020 a 19/01/2021

Preços Registrados:

Item	Descrição do serviço	Marca / Modelo	Unidade	Quant.	Preço Unitário
01	COTA PRINCIPAL DO ITEM 1 - 75% DA SUA QUANTIDADE ORIGINAL PARTICIPAÇÃO ABERTA CONDICIONADOR DE AR PAREDE. TIPO: JANELA; CAPACIDADE: 18.000 BTU/h; TENSÃO NOMINAL: 220 VOLTS; OPERAÇÃO: SISTEMA DE CONTROLE MECÂNICO OU ELETRÔNICO; CICLO: FRIO; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SILENCIOSO; COMPRESSOR ROTATIVO; SERPENTINA DE COBRE; CHASSI E GABINETE DESLIZANTE INDEPENDENTE; SISTEMA DE RENOVAÇÃO DE AR OU EXAUSTÃO; CONTROLE REMOTO (OPCIONAL); SELO PROCEL- CLASSE A.	SPRINGER MIDEA MOD ZC1185BB	UNIDADE	57	2.029,00
02	COTA RESERVADA DO ITEM 1 - 25% DA SUA QUANTIDADE ORIGINAL PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP CONDICIONADOR DE AR PAREDE. TIPO: JANELA; CAPACIDADE: 18.000 BTU/h; TENSÃO NOMINAL: 220 VOLTS; OPERAÇÃO: SISTEMA DE CONTROLE MECÂNICO OU ELETRÔNICO; CICLO: FRIO; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SILENCIOSO; COMPRESSOR ROTATIVO; SERPENTINA DE COBRE; CHASSI E GABINETE DESLIZANTE INDEPENDENTE; SISTEMA DE RENOVAÇÃO DE AR OU EXAUSTÃO; CONTROLE REMOTO (OPCIONAL); SELO PROCEL- CLASSE A.	SPRINGER MIDEA MOD ZC1185BB	UNIDADE	18	2.029,00

Foro: Belém

Ordenador Responsável: Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento

Endereço da Contratada: Rua Professor Mario Autuori, nº 70 - Bairro do Jardim Botânico, no município de Ribeirão Preto - SP, CEP: 14021-597, Telefone (16) 3916-4447, E-mail: licitacao@maxiar.com.br

Protocolo: 515613

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

EXTRATO DA PORTARIA Nº 005/2020-MP/PJCP

A Promotora de Justiça da cidade de Concórdia do Pará, Naiara Vidal Nogueira, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO Nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo, através da PORTARIA Nº 005/2020-MP/PJCP (SIMP 000180-139/2020), que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Concórdia do Pará, situada na Rua Bezerra de Menezes, nº 280, Bairro Nova Aurora, CEP: 68685-000, Concórdia do Pará/PA.

PORTARIA Nº 005/2020-MP/PJCP

Interessado: COLETIVIDADE

Objeto: APURAR E FISCALIZAR AS POLITICAS PÚBLICAS DE PREVENÇÃO, CONTENÇÃO E TRATAMENTO, ADOTADAS POR PARTE DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA DO PARÁ/PA, EM RELAÇÃO AO DENOMINADO COVID-19, NO ANO DE 2020.

Protocolo: 542093

RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA n.º 01/2020

Ementa: EDUCAÇÃO. EDUCAÇÃO BÁSICA. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. DIREITO FUNDAMENTAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ESTADO DE EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA. MANUTENÇÃO DA OFERTA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE NOVA TIMBOTEUA.

O Ministério Público do Estado do Pará, por intermédio do Promotor de Justiça signatário, lotado na Promotoria de Justiça de Nova Timboteua no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988 - CF, art. 8º, §1º e §2º, da Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e art. 25, inciso IV, alíneas "a" e "b", da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993.

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, caput, da CF e Lei Orgânica MP nº 8.625/93, art. 1º); CONSIDERANDO que segundo o artigo 205 da Constituição Federal, "a educação é direito de todos e dever do Estado e da família;

CONSIDERANDO que a educação e alimentação são direitos fundamentais e sociais, conforme firmado no artigo 6º da Constituição Federal; CONSIDERANDO as disposições da Lei nº 9.394/90 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no sentido que: "O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de [...] atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas

suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde" (art. 4º, VIII, LDB);

CONSIDERANDO que, no dia 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde - OMS decretou situação de "emergência de saúde pública de importância internacional" e, em seguida, no dia 11 de março de 2020, declarou a pandemia de COVID-19;

CONSIDERANDO que o novo Coronavírus (COVID-19, CID 10: B34.2) é uma doença viral, altamente contagiosa, que provoca, inicialmente, sintomas de resfriado, podendo causar manifestações graves como a Síndrome Respiratória Aguda Grave e Síndrome Respiratória do Oriente Médio;

CONSIDERANDO que o Ministério da Saúde, no dia 03 de fevereiro de 2020, por meio da Portaria GM/MS nº 188/2020, declarou "emergência em saúde pública de importância nacional", em decorrência da infecção humana pelo Coronavírus, à vista que a situação atual demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública;

CONSIDERANDO que o Ministério da Saúde elaborou o Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo Coronavírus COVID-19, situando o Brasil, no momento, no nível de reposta: "emergência em saúde pública de importância nacional (ESPIN)";

CONSIDERANDO que os estados e municípios vêm elaborando seus planos de contingência locais, sobretudo que o Estado do Pará e Município de Nova Timboteua publicaram decretos nesse sentido, havendo o último estabelecido a suspensão das aulas na rede municipal de ensino a partir do dia 18 de março de 2020;

CONSIDERANDO que o artigo 227 da Constituição Federal e o artigo 4º da Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente garantem a toda criança e adolescente, com absoluta prioridade, direitos fundamentais, assegurando-lhe primazia em receber proteção e socorro, precedência no atendimento nos serviços públicos, preferência na formulação de políticas e destinação privilegiada de recursos para sua proteção;

CONSIDERANDO que quando ameaçados ou violados os direitos das crianças e dos adolescentes, devem ser aplicadas medidas de proteção pautadas nos princípios da condição de sujeitos de direito, da proteção integral e prioritária, da responsabilidade primária e solidária do poder público, do superior interesse, da intervenção precoce, da intervenção mínima, da proporcionalidade, da atualidade e da obrigatoriedade da informação (artigo 98 e artigo 100 do ECA);

CONSIDERANDO que é de conhecimento público e notório que a alimentação escolar é essencial aos alunos, configurando a principal refeição de parcela dos discentes e que ficará prejudicada durante suspensão das aulas;

CONSIDERANDO que muitas famílias contam com a refeição que as crianças e adolescentes fazem na unidade escolar, não tendo como arcar com o aumento desta despesa no período em que eles permanecerão em casa;

CONSIDERANDO que muitos pais/responsáveis exercem atividade laborativa sem formalidade e não têm dentro de seus núcleos de apoio familiar pessoas, fora do grupo de maior risco epidemiológico de COVID-19, para que possam deixar as crianças e adolescentes que estejam sob sua responsabilidade, e que por esta razão terão perda econômica significativa, que poderá gerar reflexos na economia e na subsistência da família;

CONSIDERANDO que a situação demanda a adoção urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença;

RECOMENDA a Senhora PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA TIMBOTEUA, CLAUDIA DO SOCORRO PINHEIRO NETO e a Senhora SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVA TIMBOTEUA, GABRIELA PINHEIRO ALVES:

- Que seja distribuída alimentação a todos os alunos que buscarem seu direito, durante o período de suspensão das aulas;
- Respeito ao princípio da impessoalidade, de forma que não seja utilizada a distribuição de gêneros alimentícios para promoção pessoal de agente público ou político, sob pena de apuração da prática de ato de improbidade administrativa, tipificado no artigo 11 da Lei nº 8.429/1992, bem como na legislação penal e eleitoral;
- Observância, no caso da existência de processo licitatório para aquisição da alimentação escolar já em execução, se foram eleitos os melhores preços e a viabilidade de sua manutenção;
- A entrega da cesta ou de outra estratégia de distribuição da alimentação escolar deverá ser realizada com periodicidade semanal, quinzenal ou mensal, para as famílias dos estudantes, mediante a adoção de medidas rigorosas visando evitar aglomerações;
- Optando o gestor pela distribuição de cesta, no mínimo 30% (trinta por cento) dos alimentos que a compõem devem ser oriundos da agricultura familiar;

- As coordenações estaduais e municipais do PNAE devem atuar de forma coordenada com as secretarias de educação, assistência social, saúde e agricultura, assim como os Conselhos de Alimentação Escolar com os Conselhos de Assistência Social;
- As Secretarias Estadual e Municipais de Educação devem realizar o controle efetivo da alimentação devidamente entregue, na qual deverá constar o dia, local e estudante contemplado e a assinatura de seu responsável, a fim de assegurar a regularidade e a lisura do fornecimento;
- Emissão de orientação aos pais ou responsáveis dos alunos, no ato de recebimento dos alimentos, de que é vedada a venda ou a destinação diferenciada dos gêneros alimentícios ofertados.

Por fim, alerta-se, desde logo, que eventual descumprimento da presente recomendação importará na tomada das medidas administrativas e judiciais cabíveis, inclusive no sentido de apuração de responsabilidades civil, administrativa e criminal dos agentes públicos, que, por ação ou omissão, violarem ou permitirem a violação dos direitos das crianças e adolescentes em relação ao direito à alimentação adequada, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Nova Timboteua, 02 de abril de 2020.

Harrison Henrique da Cunha Bezerra

Promotor de Justiça

Titular da Promotoria de Nova Timboteua

Protocolo: 542114